

**ESTUDO DE CONFORMIDADE COM O CPC 16 (R1) – ESTOQUES:  
APLICADO ÀS EMPRESAS DE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO  
LISTADAS NO NOVO MERCADO DA B3<sup>1</sup>**

Daysson Rosa de Paula<sup>2</sup>

Cassiane Oliveira Velho<sup>3</sup>

**RESUMO**

Este estudo objetiva verificar o nível de conformidade das Demonstrações Contábeis em relação Pronunciamento CPC 16 (R1) – Estoques, divulgado pelas empresas de comércio e distribuição listadas na B3 nos anos de 2013 a 2017. Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa possui abordagem qualitativa e quantitativa, sendo classificada como descritiva e documental. Foram selecionadas 52 Demonstrações Contábeis de 11 empresas para análise de 7 itens dispostos no CPC 16 (R1) de divulgação obrigatória. A análise da conformidade foi realizada mediante verificação do atendimento destes itens por meio do cálculo da proporção das informações divulgadas em conformidade à norma e determinação do percentual médio de conformidade dos 5 anos analisados. Os resultados da pesquisa demonstram que as empresas apresentam um nível de conformidade de 93,26%. De todos os itens analisados, apenas o que trata das reversões das reduções não está em total atendimento à norma, apresentando um nível de 66,31% de conformidade. Também, é verificado que todas as empresas utilizam o Custo Médio como método de valoração dos estoques e que seu montante representa, em média, 15% do total de Ativos, bem como os custos de produção e revenda, 67,5% das receitas de venda totais reconhecidas no período, demonstrando a importância da correta mensuração destes bens. A análise revelou que as empresas possuem um alto nível de conformidade com o Pronunciamento CPC 16 (R1) – Estoques. Porém, o não atendimento a divulgação das circunstâncias de reversões é um item que necessita de melhorias pelas empresas do setor, visando a completa adequação à norma.

**Palavras-chave:** Estoques, Nível de Conformidade, Comércio e Distribuição.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de curso apresentado, no primeiro semestre de 2018, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

<sup>3</sup> Mestre em Engenharia de Produção pela UFRGS. Mestre em Contabilidade e Controladoria pela Unisinos. Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS (cassiane.velho@ufrgs.com.br)

## **ABSTRACT**

*This study aims to verify the level of conformity of the Financial Statements in relation to CPC Statement 16 – Inventories, disclosed by the trading and distribution companies listed in B3 in the years of 2013 to 2017. Regarding the methodological procedures, this research has a qualitative and quantitative approach, classified as descriptive and documentary. Were selected 52 Financial Statements from 11 companies to analyze 7 items arranged in mandatory disclosure CPC 16. The compliance analysis was performed by verifying compliance with these items by calculating the proportion of the information disclosed in accordance with the standard and determining the average compliance percentage of the 5 years analyzed. The results of the research show that companies have a level of compliance of 93,26%. Of all items analyzed, only those that deal with reversals of reductions are not in full compliance with the standard, presenting a level of 66,31% compliance. Also, it is verified that all companies use the Average Cost as a valuation method of inventories and that their amount represents, on average, 15,00% of total Assets, as well as production and resale costs, 67,50% of sales revenues recognized in the period, demonstrating the importance of the correct measurement of these assets. The analysis revealed that companies have a high level of compliance with the Pronouncement. However, failure to meet the disclosure of reversal circumstances is an item that needs improvement by companies in the industry, aiming at full compliance with the standard.*

**Keywords:** *Inventories, Level of Compliance, Trade and Distribution.*

## **INTRODUÇÃO**

A contabilidade tem o objetivo de fornecer informações relevantes sobre as atividades operacionais, econômicas e financeiras das organizações, atuando como um suporte no processo de avaliação e decisão dos usuários (SANTOS et al., 2009). Segundo Martins (2003), os dados contábeis são demonstrados periodicamente em relatórios contábeis, que buscam atender à necessidade dos usuários. Dispõe a lei nº 6.404/76 que o Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), ambos complementados por Notas Explicativas, fazem parte do conjunto de demonstrações obrigatórias às sociedades anônimas. (BRASIL, 1976).

Observando o processo de padronização da contabilidade brasileira, visando a padronização de normas com a contabilidade internacional, destacam-se os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, como direcionador do profissional contábil em suas atividades. O CPC tem como objetivo a emissão de pronunciamentos que servirão de base para criação de normas pelos órgãos reguladores da contabilidade (CFC, 2005). O pronunciamento CPC 26 (R1), Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2011) dispõe que, o objetivo das demonstrações contábeis é proporcionar informação relevante sobre a situação de uma empresa, que seja útil no processo de avaliações e tomada de decisões.

Entre o conjunto de informações divulgadas, estão compreendidas as informações sobre os estoques das companhias. Segundo Iudícibus et al. (2013), estoques representam um dos ativos mais importantes do capital circulante e da posição financeira nas empresas comerciais, sendo que, sua correta apuração é determinante para o resultado do exercício. O pronunciamento CPC 16, convertido na norma NBC TG 16 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), disciplina os critérios de mensuração, valoração e divulgação dos estoques (CPC, 2009).

Segundo os dados da Pesquisa Anual do Comércio, (IBGE, 2014), as empresas do setor de comércio representam parcela significativa do PIB brasileiro. O relevante valor de mercadorias em estoques é uma característica identificável neste setor (SANTOS; COSTA, 1997). Tais fatores, justificam a análise da evidenciação dos estoques em conformidade com o que está disposto no CPC 16: Estoques.

Mediante a representatividade do setor na economia brasileira e a importância do tratamento adotado pelas empresas do comércio e distribuição quanto aos seus estoques, surge o questionamento: qual o nível de conformidade das informações sobre estoques, prestadas pelas as empresas de comércio e distribuição, pertencentes ao novo mercado, listadas na B3 nos anos de 2013 a 2017, em relação as regulamentações contidas no CPC 16: Estoques?

O objetivo deste estudo é analisar o nível de conformidade das Demonstrações Contábeis das empresas objeto de estudo, ao disposto no CPC 16: Estoques, quanto a divulgação das informações referentes aos seus estoques. Para isso, foram analisadas as informações constantes em Notas Explicativas e Balanço Patrimonial, divulgadas no período.

O presente estudo está estruturado da seguinte forma: a primeira seção, Introdução, apresenta o assunto, problema, objetivo e organização da pesquisa. A segunda seção, Referencial Teórico, a revisão de literatura dos principais assuntos tratados no estudo. A terceira seção, Procedimentos Metodológicos, descreve a classificação da pesquisa, métodos de pesquisa e delimitação da amostra. A quarta seção, Apresentação dos Dados e Análise dos Resultados, descreve e interpreta os dados observados na pesquisa. A quinta seção, Considerações Finais, aborda as conclusões da pesquisa e sugestão para estudos futuros.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são tratados os principais conceitos abordados nesta pesquisa quanto as Demonstrações Contábeis, estoques e evolução do tratamento contábil para estoques. Por último, são abordados os estudos relacionados.

### 2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações patrimoniais das empresas, são evidenciadas em demonstrações contábeis, que servem como principal ferramenta no processo de tomada de decisão.

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas (CPC, 2011, p. 5).

Padoveze (2009, p. 5) define patrimônio como “o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade”. A posição patrimonial, consiste em uma fotografia do patrimônio empresarial em determinado período, evidenciados pelas demonstrações financeiras elaboradas pela contabilidade das empresas.

Para Marion (2009, p. 28) “A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para tomada de decisões dentro e fora da empresa”. Segundo Martins (2003), o cenário de alta competitividade dos mercados atuais, tornam os custos altamente relevantes no processo de tomada de decisões em uma empresa.

Custos compreendem o total de gastos aplicados ou consumidos no processo de fabricação de um produto (RIBEIRO, 2009). O Pronunciamento CPC 16 (R1) - Estoques esclarece que o custo dos estoques deve ser reconhecido como despesa no período em que ocorre a venda (CPC, 2009).

O processo de Reconhecimento, trata-se da incorporação de elementos ao Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício. Quando um item não possuir características necessárias para atender aos critérios de reconhecimento, pode ser requerida sua divulgação em notas explicativas (CPC, 2011).

O Pronunciamento CPC 26(R1), que trata da apresentação das Demonstrações Contábeis, estabelece:

Notas explicativas contêm informação adicional em relação à apresentada nas demonstrações contábeis. As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação

acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis (CPC, 2011, p. 4).

Assim, verifica-se que as demonstrações contábeis são a principal peça de evidenciação do patrimônio de uma empresa, ainda, objetivam fornecer uma posição patrimonial útil aos investidores e demais interessados.

## 2.2 ESTOQUES

Segundo Iudícibus et al. (2013), os estoques representam, normalmente, um relevante conjunto de bens das empresas do setor comercial, destinado à comercialização em período futuro e evidenciado nas demonstrações contábeis. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2009, p. 2), define estoque como: “ativos: (a) mantidos para venda no curso normal dos negócios; (b) em processo de produção para venda; ou, (c) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção”.

Os bens adquiridos e destinados para venda, incluindo, mercadorias compradas por um varejista para revenda, terrenos e/ou imóveis para revender, produtos acabados e/ou em processo de produção, matérias-primas e materiais utilizados no processo de produção, tais como, embalagens e material de consumo (SCARIOT, 2011, p. 4).

Para Martins (2003), a correta avaliação dos estoques é determinante, pois influenciará diretamente no resultado líquido da empresa uma vez que os custos são valores que compõe o próprio resultado da empresa. Conseqüentemente, a avaliação do Patrimônio também é afetada.

Os estoques são avaliados mediante adoção de critérios específicos. São mensurados a valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. De tal modo, valor de custo compreende o preço de compra e demais gastos de aquisição enquanto valor realizável líquido é o preço de venda deduzido dos gastos para esta operação (CPC, 2009). O Pronunciamento CPC 16 (R1) - Estoques (2009), também esclarece que o valor realizável líquido é determinado item a item. Quando não possível realizar a avaliação individual, os estoques podem ser reavaliados por agrupamento de unidades semelhantes.

Segundo Iudícibus et al. (2013), os itens de estoque escriturados a um custo superior ao Valor Realizável Líquido e itens verificados como possíveis perdas por obsolescência ou deterioração, devem ser registrados em conta credora na classificação dos estoques. Esta redução dos saldos da conta Estoques deve ser registrada como despesa no período em que forem verificadas.

Tais valores podem ser revertidos em caso as circunstâncias de tais reduções deixarem de existir. “A quantia de toda reversão de redução de estoques, proveniente de aumento no valor

realizável líquido, deve ser registrada como redução do item em que for reconhecida a despesa ou a perda, no período em que a reversão ocorrer” (CPC, 2009, p. 9).

Quanto aos critérios de valoração, atualmente a legislação do Imposto de Renda, Decreto nº 3.000/99, aceita três métodos de valoração de estoques: preço específico; Primeiro a Entrar Primeiro a Sair (PEPS), e; custo médio ponderado (BRASIL, 1999).

Iudícibus et al. (2013) os define, respectivamente, como: critério onde se valoriza o estoque pelos preços específicos de cada item; critério pelo qual se baixa o valor da mercadoria no estoque pelo custo da primeira mercadoria adquirida, e; critério onde os valores são baixados calculando a média ponderada dos preços de aquisição. Diz ainda que o método amplamente utilizado pelas empresas no Brasil é o custo médio ponderado.

## 2.2 EVOLUÇÃO DO TRATAMENTO CONTÁBIL PARA ESTOQUES

O processo de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais iniciou-se em 2007, com a publicação da Lei Federal nº 11.638/2007. Em 2009, o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da resolução CFC 1156/2009, determinou que as normas brasileiras de contabilidade deveriam seguir os padrões internacionais. Antes disso, a resolução CFC 1055 em 2005, estabeleceu a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2005).

Neste contexto, em 2009, foi promulgado o Pronunciamento Técnico CPC 16: Estoques, em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 2 (IASB). Mediante comparação realizada entre a Norma Internacional de Contabilidade (IAS 2), o CPC 16 e as regras anteriores estabelecidas na Lei 6.404/76, Kronbauer et al. (2012) observa que, a norma brasileira de contabilidade está convergente às normas internacionais IAS 2, estando o tratamento para estoques em harmonia entre as referidas normas.

## 2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

Diversos estudos tratam dos critérios de avaliação dos estoques. Porém, poucos visam relacionar a conformidade desta avaliação com o que é disposto no CPC 16 (R1): Estoques. Dentre estes, pode-se destacar os três estudos que tratam do tema ou de assuntos relacionados:

O estudo de Campagnoni, Coelho e Rover (2016), busca avaliar o nível de comparabilidade contábil de mensuração, avaliação de estoques. Para isso, analisou 72 demonstrações contábeis de 14 empresas varejistas entre 2010 a 2015. O estudo observou, por meio de atribuição do índice T de comparabilidade, que em média 50% das empresas, mensuraram seus estoques pelo valor realizável líquido, ou seja, reconheceram perdas. Ainda, que as empresas tendem a divulgar os estoques pelo Custo Médio e, quanto a evidenciação, as empresas tendem a divulgar plenamente as informações de estoque.

O estudo de Wernke e Vargas (2014) aborda a gestão de estoques de matérias-primas, do ponto de vista financeiro, em indústria de pequeno porte. Neste estudo, pretendeu-se responder à questão sobre como demonstrar ao gestor o impacto negativo de manter estoques em níveis inadequados na empresa. O objetivo principal foi propor relatórios adaptados ao contexto dessa fábrica que permitissem gerenciar seus estoques de forma a aprimorar o desempenho da companhia. Em termos de metodologia, utilizou-se a do tipo descritiva, no formato de estudo de caso, com abordagem qualitativa. Quanto aos resultados, os relatórios elaborados identificaram na amostra pesquisada diversos itens com prazos de estocagem altos. O volume estocado e os prazos extensos de estocagem ocasionaram valores monetários significativos em termos de “custo financeiro” e de estoques excedentes, evidenciados aos gestores da organização nos relatórios gerenciais elaborados.

O estudo de Kronbauer et al. (2012), buscou analisar as mudanças nas práticas de evidenciação e mensuração dos estoques com a vigência da NBC TG 16. A pesquisa utilizou uma amostra de 15 empresas do setor têxtil e calçadista no período de 2006 a 2011, buscando compreender o tratamento dos estoques do setor. O exame de dados realizou uma análise descritiva e análise de variância por meio de ANOVA fator Único. Os principais resultados revelam que o critério de custo foi adotado por todas as empresas da amostra. Ainda não há uma efetiva adoção do ajuste ao VLR para ajustar o valor do custo dos estoques. Também se constatou um nível médio de observância de 67% do que requer a NBC TG 16 e esta conformidade não melhorou a partir de 2010, quando a referida norma passou a ser de obrigatória observância.

O estudo de Thomaz, Kronbauer e Liszbinski (2013), visa analisar a convergência das práticas contábeis no tratamento dos estoques no Mercosul e na Comunidade Andina. Analisou-se uma amostra de trinta empresas industriais, selecionadas por intencionalidade e acessibilidade. Os dados obtidos foram sumarizados em quadros descrevendo-se a mensuração e evidenciação dos estoques. Constataram-se práticas ainda muito heterogêneas, pois em alguns países a convergência é quase total à IAS 2, mas, em outros, isso parece distante. Observou-se ainda que, a adoção da norma internacional relacionada aos estoques não significa a convergência na prática, havendo ainda um caminho a percorrer para que as práticas contábeis relativas aos estoques estejam completamente harmonizadas nas regiões estudadas.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa possui abordagem quantitativa e qualitativa. Para Godoy (1995), o estudo qualitativo tem como premissa a análise do mundo empírico em seu estado natural, valorizando o contato direto do pesquisador com a situação analisada, podendo ser melhor analisada no contexto no qual faz parte, visando a compreensão do fenômeno de forma descritiva desconsiderando análises numéricas. A pesquisa qualitativa é caracterizada pelo emprego de técnicas estatísticas, tanto na coleta quanto na análise dos dados, desde técnicas simples como mais complexas. (RICHARDSON, 1999)

Quanto aos objetivos, classifica-se como uma pesquisa descritiva. Para Prodanov e Freitas (2013), pesquisa descritiva é aquela que o pesquisador registra e descreve os dados, sem interferir neles. Os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados. Ainda, procura-se descobrir características, causas e relação com a ocorrência destes fatos.

A coleta de dados foi documental, por meio de análise das demonstrações contábeis e, principalmente, das informações contidas em notas explicativas publicadas no período entre 2013 a 2017, das empresas selecionadas. Gil (2008), determina que a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam um tratamento analítico.

Para delimitação da amostra, foi utilizado o método da amostragem por tipicidade. Para Gil (2008, p. 94) “[...] constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população”.

Para delimitação do estudo, foram escolhidas as empresas pertencentes aos subsetores de “Comércio” e “Comércio e Distribuição” listadas no Novo Mercado. Segundo a B3(2016),



o Novo Mercado tornou-se um padrão para as empresas que buscam realizar grandes ofertas aos investidores e, firmou-se como um segmento destinado às empresas que adotam as práticas de governança corporativa exigidas pela legislação.

Tal escolha se justifica pela representatividade dos valores de estoques, pelas características de atuação do segmento bem como pelo interesse em concentrar a análise nas empresas do Novo Mercado, devido às características qualitativas impostas às empresas quanto ao modelo de gestão e transparência.

Para esta pesquisa, segundo critérios estabelecidos na delimitação da população, foram selecionadas as seguintes empresas, conforme Quadro 1.

**Quadro 1 – Empresas selecionadas para estudo (continua)**

<b>EMPRESA</b>	<b>SETOR ECONÔMICO</b>	<b>SUBSETOR</b>	<b>SEGMENTO</b>
ATACADÃO	Consumo Não Cíclico	Comércio e Distribuição	Alimentos
AREZZO CO	Consumo Cíclico	Comércio	Tecidos, Vestuário e Calçados
RESTOQUE	Consumo Cíclico	Comércio	Tecidos, Vestuário e Calçados
LOJAS MARISA	Consumo Cíclico	Comércio	Tecidos, Vestuário e Calçados
LOJAS RENNER	Consumo Cíclico	Comércio	Tecidos, Vestuário e Calçados
MAGAZ LUIZA	Consumo Cíclico	Comércio	Eletrrodomésticos
B2W DIGITAL	Consumo Cíclico	Comércio	Produtos Diversos
BR PHARMA	Saúde	Comércio e Distribuição	Medicamentos e Outros Produtos
HYPERA	Saúde	Comércio e Distribuição	Medicamentos e Outros Produtos
PROFARMA	Saúde	Comércio e Distribuição	Medicamentos e Outros Produtos
RAIA DROGASIL	Saúde	Comércio e Distribuição	Medicamentos e Outros Produtos

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Observa-se que a maioria de empresas selecionadas pertencem ao setor econômico de consumo cíclico e não cíclico, ou seja, 7 ao todo. Ainda, foram selecionadas 4 empresas do setor de saúde. A pesquisa subdividiu a análise entre estes dois setores, em busca de verificar possíveis divergências entre os resultados.

Ao todo, foram selecionadas 52 Demonstrações Contábeis para análise. A empresa Atacadão S.A., teve sua abertura de capital na B3 no ano de 2017. Deste modo, foram consideradas, para esta empresa, as informações divulgadas no período de 2016 a 2017, disponíveis no site da B3. Assim, foram analisadas 10 Demonstrações Contábeis nos anos de 2013 a 2015 e 11 nos anos de 2016 a 2017.

Os itens específicos a serem analisados foram adaptados da metodologia utilizada no estudo de Mendes (2014), Evidenciação do CPC 16 – Estoques: um estudo das empresas do setor têxtil, vestuário e calçados, e seguem no Quadro 2.

**Quadro 2 – Lista de itens analisados e relação com a norma contábil**

Políticas adotadas na mensuração dos estoques e critérios de valoração	Item 36. a
Valor total registrado em estoques e o valor de outras contas apropriadas	Item 36 b.
Valor de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos de venda	Item 36 c.
Valor de estoques reconhecido como despesa durante o período	Item 36 d.
Valor de qualquer redução, reconhecida no resultado do período	Item 36 e.
Reversões e circunstâncias de reversões das reduções de estoques	Itens 36 f. e 36 g.
Montante escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos	Item 36 h.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018), adaptado do estudo de Mendes (2014).

Após a coleta, o estudo realizou uma análise individual do nível de conformidade das publicações com os regulamentos dispostos na NBC TG 16 – Estoques; uma análise comparativa entre as empresas estudadas e, analisará a evolução das informações nos 5 anos analisados.

O nível de conformidade foi estabelecido mediante análise dos itens constantes no Quadro 1, buscando evidenciar se as Demonstrações Contábeis atendem aos critérios de divulgação estipulados. Posteriormente, foi calculado a proporção dos dados classificados como em conformidade pelo total verificado em cada um dos anos. Assim, foi obtido um índice de conformidade que se trata justamente desta proporção. Ao multiplicar o índice pelo valor (100), foi obtido o percentual de conformidade.

Para estipular o nível de conformidade total de cada item, foi realizado o cálculo da média aritmética simples dos índices obtidos pelo número de períodos analisados. Os itens obrigatórios de divulgação foram analisados individualmente, assim, para verificação do nível de conformidade total do setor, foi realizado o cálculo da média aritmética simples do nível de conformidade de todos os itens verificados.

#### **4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Esta seção do estudo tem a finalidade de apresentação e análise dos resultados encontrados. As subseções 4.1 a 4.5 destinaram-se a identificar o nível de conformidade das Demonstrações Contábeis com os itens constantes no pronunciamento CPC 16 (R1), no período entre 2013 a 2017, subdividindo, quando necessário, a apresentação dos resultados entre as empresas do setor de consumo e de saúde. Posteriormente, a subseção 4.6 foi destinada à análise dos resultados encontrados nas seções anteriores e identificação do nível de conformidade geral das empresas do setor.

#### 4.1 POLÍTICAS ADOTADAS NA MENSURAÇÃO E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO DOS ESTOQUES

Os valores de estoque possuem dois critérios de mensuração distintos. Porém, ambos são utilizados na avaliação. Deste modo, os valores apresentados em estoque são mensurados das seguintes maneiras: a) Itens mensurados ao valor de custo de aquisição, transformação ou elaboração, somados aos gastos realizados para este processo; b) Itens mensurados ao valor realizável mediante redução dos valores de custo ao seu valor recuperável, quando este for inferior.

Este estudo verificou que todas as 52 demonstrações financeiras informaram as políticas utilizadas, atendendo completamente ao disposto no pronunciamento. Todas as empresas informaram a prática de redução de seus estoques ao valor realizável líquido, quando inferior ao valor de custos.

Foi verificado, também, se as empresas divulgaram os critérios de valoração dos estoques, e caso sim, quais critérios utilizados, obtendo os seguintes resultados, conforme demonstrado na tabela 1.

**Tabela 1 – Critérios de valoração de estoques entre 2013 a 2017**

CRITÉRIO VALORAÇÃO/ANO	2013		2014		2015		2016		2017	
	10	%	10	%	10	%	11	%	11	%
Custo médio	10	100%	10	100%	10	100%	11	100%	11	100%
Média Ponderada Móvel	2	20%	2	20%	2	20%	2	18%	2	18%
Média Ponderada	1	10%	1	10%	1	10%	1	9%	1	9%
Não especifica	7	70%	7	70%	7	70%	8	73%	8	73%
PEPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Preço específico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não divulga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras (2018).

Com base na tabela 1, verifica-se que as empresas demonstram periodicamente os critérios de valoração dos estoques, via de regra, foi utilizado o critério de custo médio ponderado. Tal resultado é condizente com a afirmação de Iudícibus et al. (2013).

Ainda, foi verificado que os critérios para cálculo do custo médio não são normalmente divulgados. Mesmo que não seja obrigatória a divulgação deste critério pelo CPC 16 (R1) - Estoques, a legislação brasileira, por meio do Parecer Normativo CST nº 6, estabelece que o critério da Média Ponderável Móvel como único aceitável, ainda que seja calculado considerando as saídas de maneira unificada em cada mês (BRASIL, 1979).

O resultado não significa que as empresas não realizam o cálculo corretamente, apenas que, não divulgam a nomenclatura de forma identificável. Este resultado também é condizente

com o estudo de Campagnoni, Coelho e Rover (2016), onde diversas nomenclaturas foram utilizadas pelas empresas, a maioria não especificando o método de cálculo. O presente estudo identificou que as únicas empresas a divulgar a nomenclatura (Média Ponderável Móvel), pertenciam ao setor de Saúde, demonstrando que as empresas deste setor tendem a divulgar esta informação com maior clareza.

Conforme verificado, tanto as empresas do setor de consumo como de saúde, atenderam completamente a evidenciação das políticas e critérios de valoração dos estoques determinadas pelo CPC 16 (R1) - Estoques.

#### 4.2 VALOR TOTAL REGISTRADO EM ESTOQUES E DE OUTRAS CONTAS APROPRIADAS

O valor dos estoques foi demonstrado no Balanço Patrimonial do período. Os valores das contas apropriadas, que compõe o saldo dos estoques, foram demonstrados em notas explicativas. Neste estudo, foram analisados os valores consolidados das contas que compõe os saldos totais dos estoques, dos setores de consumo e saúde, conforme segue:

**Tabela 2 – Valores de estoques no setor de consumo entre 2013 a 2017 (Mil reais)**

<b>VALOR ESTOQUES / ANO</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Estoques antes das reduções	3.590.634	4.377.347	4.298.196	9.734.345	10.283.036
Matéria Prima	22.542	48.324	44.199	57.920	70.796
Produtos em elaboração	7.622	14.544	17.698	10.116	24.215
Produtos acabados	209.340	294.438	280.142	347.447	333.193
Mercadorias para revenda	3.159.160	3.809.228	3.769.276	8.996.921	9.454.586
Suprimentos/Embalagens/Outros	38.242	45.633	43.337	140.394	186.964
Importações	134.037	141.261	122.428	146.563	187.322
Adiantamento para fornecedores	19.691	23.919	21.116	34.984	25.960
(-) Reduções	- 133.814	- 156.065	- 192.667	- 278.591	- 360.346
Ajuste a valor presente	- 22.676	- 29.916	- 11.807	- 16.703	- 19.886
Provisão para perdas	- 111.138	- 126.149	- 180.860	- 261.888	- 340.460
<b>Total Estoques</b>	<b>3.456.820</b>	<b>4.221.282</b>	<b>4.105.529</b>	<b>9.455.754</b>	<b>9.922.690</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras (2018).

Conforme a tabela 2, Mercadorias para Revenda concentra a grande maioria do saldo das contas que compõe os estoques, no setor de consumo. O aumento dos saldos nos anos de 2016 e 2017 correspondem aos valores da empresa Atacadão S.A, R\$ 4,7 bi e R\$ 4,9 bi, respectivamente. Também, foi a empresa com maior saldo em 2017. A empresa Arezzo S.A, possuía o menor valor em 2017, R\$ 117 milhões.

**Tabela 3 – Valores de estoques no setor de saúde entre 2013 a 2017 (Mil reais)**

<b>VALOR ESTOQUES / ANO</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Estoques antes das reduções	3.114.605	3.290.884	3.281.513	3.322.146	3.715.507
Matéria Prima	317.300	372.751	207.625	223.844	225.272
Produtos em elaboração	50.998	39.156	22.194	14.034	19.486
Produtos acabados	301.454	279.536	150.305	142.897	198.808
Mercadorias para revenda	2.408.378	2.547.428	2.876.933	2.880.114	3.213.588
Suprimentos/outros	36.476	52.014	24.455	35.327	58.353
Adiantamentos para fornecedores	-	-	-	25.929	-
(-) Reduções	- 148.468	- 171.143	- 69.560	- 54.307	- 70.728
Provisão para perdas	- 148.468	- 171.143	- 69.560	- 54.307	- 70.728
Total Estoques	2.966.137	3.119.741	3.211.953	3.267.839	3.644.779

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras (2018).

Também entre as empresas de saúde, Mercadorias para Revenda concentra a maioria do saldo das contas. A empresa Raia Drogasil S.A. possuía o maior saldo em 2017, R\$ 2,5 bi, enquanto o menor pertencia a empresa Brasil Pharma, RS 48 milhões.

Das 7 empresas de consumo, 4 apresentaram valores acima de R\$ 1bi em 2017, enquanto que no âmbito das empresas de saúde, apenas uma ultrapassou este valor. Ainda assim, nenhuma empresa apresentou valores insignificantes. Em média, os valores de estoques corresponderam a 15,54 % dos ativos das empresas de consumo no período histórico, conforme demonstrado na tabela 4.

**Tabela 4 – Representatividade dos estoques no setor de consumo entre 2013 a 2017 (Mil reais)**

<b>VALOR / ANO</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Média</b>
Ativos	20.110.064	25.393.317	28.144.515	57.876.013	69.041.906	40.113.163
Estoques	3.456.820	4.221.282	4.105.529	9.455.754	9.922.690	6.232.415
Proporção	17,19%	16,62%	14,59%	16,34%	14,37%	15,54%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras (2018).

Entre as empresas de saúde, os valores de estoques corresponderam a 14,84 % dos ativos das empresas período histórico:

**Tabela 5 – Representatividade dos estoques no setor de saúde entre 2013 a 2017 (Mil reais)**

<b>VALOR / ANO</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Média</b>
Ativos	21.023.884	22.372.711	25.138.097	21.315.336	19.359.119	21.841.829
Estoques	2.966.137	3.119.741	3.211.953	3.267.839	3.644.779	3.242.090
Proporção	14,11%	13,94%	12,78%	15,33%	18,83%	14,84%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras (2018).

Segundo análise das tabelas 2 a 5, verificou-se pouca diferença entre a representatividade dos valores de estoque em relação aos ativos totais das empresas. Em média, aproximadamente 15% dos ativos totais das empresas de comércio e distribuição foram

compostos pelos estoques. Quanto a relevância destes bens perante o patrimônio total, este resultado também é condizente com o apontamento de Iudícibus et al. (2013).

Deste modo, todas as empresas atenderam ao disposto no Pronunciamento CPC 16 (R1) -Estoques em relação a divulgação dos montantes registrados.

#### 4.3 VALOR DE ESTOQUES RECONHECIDO COMO DESPESA NO PERÍODO

Os valores reconhecidos como despesas no período consistem nos custos para levar os estoques aos estados atuais e são reconhecidos no momento da venda, informados em conta de custo da mercadoria vendida na demonstração do resultado do exercício. Nas tabelas 6 e 7, foi analisado a representatividade dos custos em comparação com a receita de vendas apresentada pelas empresas de consumo e saúde no período histórico da pesquisa:

**Tabela 6 – Representatividade dos custos pelas receitas no setor de consumo entre 2013 a 2017 (Mil reais)**

VALOR / ANO	2013	2014	2015	2016	2017	Média
Receita	22.864.366	27.549.050	28.917.096	77.583.537	81.470.967	47.677.003
Custo	14.702.604	17.906.586	19.022.604	56.745.104	59.648.297	33.605.039
Proporção	64,30%	65,00%	65,78%	73,14%	73,21%	70,48%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras (2018).

Foi verificado que em média, aproximadamente 70% das receitas de vendas de mercadorias das empresas do setor de consumo são revertidas em custos para produção das mesmas mercadorias. Significa, por exemplo, que se uma empresa realiza a venda de uma mercadoria pelo preço de R\$ 10, gastaria aproximadamente R\$ 7 para colocar este item nas condições necessárias para venda, restando apenas R\$ 3 como margem para cobrir as demais despesas da empresa.

No setor de saúde, o resultado obtido foi menos significativo, mas ainda relevante:

**Tabela 7 – Representatividade dos custos pelas receitas no setor de saúde entre 2013 a 2017 (Mil reais)**

VALOR / ANO	2013	2014	2015	2016	2017	Média
Receita	17.215.800	19.061.731	17.755.512	20.132.637	21.468.460	19.126.828
Custo	11.321.856	12.720.042	11.742.700	13.099.812	13.908.629	12.558.608
Proporção	65,76%	66,73%	66,14%	65,07%	64,79%	65,66%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras (2018).

Em média, 65% da receita de venda é revertida em custo para as empresas do setor de saúde. Assim, foi verificado que as empresas deste setor possuem uma margem maior, cerca de 35% para cobrir restante de suas despesas.

Os resultados apresentados demonstram a importância da correta apuração dos custos para as empresas comerciais, tendo em vista a representatividade dos custos perante as receitas

e, conseqüentemente, no resultado operacional das companhias. Essa verificação está de acordo com a afirmação de Martins (2003) e com o estudo de Wernke e Vargas (2014).

#### 4.4 VALOR DE QUALQUER REDUÇÃO DE ESTOQUES RECONHECIDA NO RESULTADO DO PERÍODO

As reduções consistem no reconhecimento dos valores subtraídos dos estoques referentes às perdas por obsolescência ou diminuição dos preços de venda, quando impactarem a um valor realizável líquido inferior ao valor de custo. Nas empresas analisadas, foi observado a constituição de duas reduções: a) provisão para perdas, e b) ajuste a valor presente. Nas empresas do setor de consumo, a representatividade destes valores, em percentual foi a seguinte.

**Tabela 8 – Representatividade em (%) das reduções nos valores de estoque no setor de consumo entre 2013 a 2017**

PROPORÇÃO / ANO	2013	2014	2015	2016	2017	Média
% Estoques antes das reduções	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
% Ajuste a valor presente	-0,63%	-0,68%	-0,27%	-0,17%	-0,19%	-0,31%
% Provisão para perdas	-3,10%	-2,88%	-4,21%	-2,69%	-3,31%	-3,16%
% Total Estoques	96,27%	96,43%	95,52%	97,14%	96,50%	96,53%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras (2018).

O valor de ajuste ao valor presente dos estoques foi reconhecido pelas empresas B2W e Marisa até o ano de 2014, enquanto que, a empresa Renner reconheceu este ajuste durante todo o período de estudo. Em média, nas empresas de consumo, este ajuste representou 0,3% dos saldos de estoque. A provisão para perdas foi reconhecida por todas as empresas durante todo o período verificado e, em média, representa 3,1% do saldo dos estoques.

Nas empresas de saúde, os resultados obtidos foram.

**Tabela 9 – Representatividade em (%) das reduções nos valores de estoque no setor de saúde entre 2013 a 2017**

PROPORÇÃO / ANO	2013	2014	2015	2016	2017	Média
% Estoques antes das reduções	100%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
% Provisão para perdas	-4,77%	-5,20%	-2,12%	-1,63%	-1,90%	-3,07%
% Total Estoques	95,23%	94,80%	97,88%	98,37%	98,10%	96,93%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras (2018).

No setor de saúde, nenhuma empresa realizou a redução de estoques ao seu valor presente. Todas as empresas reconheceram as provisões para perda e a média observada no setor de saúde foi a mesma do setor de consumo: 3%, aproximadamente. Neste caso, a média observada para ambas as empresas indica que de cada 100 itens de estoque, com as mesmas características, preços de venda e valores de custo, 3 foram divulgados como possíveis perdas.

Ainda, foi verificado se as empresas informaram os critérios para reconhecimento das perdas. Para o critério “Histórico de perdas” foram consideradas todas as demonstrações que divulgaram reconhecer as perdas baseadas, de alguma forma, na verificação dos valores reconhecidos como perdas em períodos anteriores; “Idade e movimentação” as empresas que se basearam na idade das coleções e no período em que não foram observadas movimentações em determinados itens; “Não específica” quando foi informado que se baseiam em critérios estabelecidos pela Administração, porém tais critérios não são informados, e; ‘Não divulga’ quando não é divulgada qualquer informação referente aos critérios utilizados.

**Tabela 10 – Critérios utilizados para estipular o valor das reduções de estoques no setor de saúde entre 2013 a 2017**

CRITERIO / ANO	2013		2014		2015		2016		2017	
Setor Consumo	6	100,00%	6	100,00%	6	100,00%	7	100,00%	7	100,00%
Histórico perdas	3	50,00%	3	50,00%	3	50,00%	4	57,14%	4	57,14%
Idade e movimentação	1	16,67%	1	16,67%	1	16,67%	1	14,29%	1	14,29%
Não específica	1	16,67%	1	16,67%	1	16,67%	-	-	-	-
Não divulga	1	16,67%	1	16,67%	1	16,67%	2	28,57%	2	28,57%
Setor Saúde	4	100,00%	4	100,00%	4	100,00%	4	100,00%	4	100,00%
Histórico perdas	1	25,00%	1	25,00%	1	25,00%	1	25,00%	1	25,00%
Não específica	-	-	1	25,00%	1	25,00%	1	25,00%	1	25,00%
Não divulga	3	75,00%	2	50,00%	2	50,00%	2	50,00%	2	50,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras (2018).

Com base na tabela 10, foi verificado que pelo menos metade das empresas do setor de consumo informaram os critérios para reconhecimento das perdas. Quando verificado o setor de saúde, o resultado foi o inverso. Tal informação, ainda que não obrigatória pelo pronunciamento CPC 16 (R1) -Estoques, pode ser útil aos investidores para determinar as possíveis perdas futuras das empresas, pois serve como parâmetro na determinação destes montantes.

#### 4.5 VALOR E CIRCUNSTÂNCIAS DE TODA REVERSÃO DE QUALQUER REDUÇÃO DE ESTOQUES RECONHECIDA NO RESULTADO DO PERÍODO

Para efeito de análise das circunstâncias, foram consideradas apenas as empresas que, em qualquer ano no período analisado, reconheceram ter realizado reversão de valores reduzidos dos estoques em períodos anteriores. Assim, foi considerado se, em notas explicativas, a expressão “Reversão” ou “Recuperação” foi utilizada para representar redução de valores das perdas, sendo desconsideradas reduções demonstradas com a nomenclatura “Baixas” ou “Realizações”.



A tabela 11, demonstra o tratamento para as Reversões observadas:

**Tabela 11 – Reversão das reduções de estoques entre 2013 a 2017**

REVERSÕES / ANO	2013		2014		2015		2016		2017	
Setor Consumo	6	100,00%	6	100,00%	6	100,00%	7	100,00%	7	100,00%
Realiza e divulga circunstâncias	-	-	1	16,67%	1	16,67%	-	-	-	-
Realiza e não divulga circunstâncias	2	33,33%	1	16,67%	1	16,67%	1	14,29%	2	28,57%
Não realiza	4	66,67%	4	66,67%	4	66,67%	6	85,71%	5	71,43%
Setor Saúde	4	100,00%	4	100,00%	4	100,00%	4	100,00%	4	100,00%
Realiza e divulga circunstâncias	-	-	1	25,00%	1	25,00%	1	25,00%	1	25,00%
Realiza e não divulga circunstâncias	1	25,00%	1	25,00%	3	75,00%	2	50,00%	2	50,00%
Não realiza	3	75,00%	2	50,00%	-	-	1	25,00%	1	25,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras (2018).

Foi observado que a maioria das empresas do setor de consumo não realiza ou não divulga ter realizado reversões das perdas no período histórico. No entanto, para as empresas do setor saúde, a realização ou divulgação das reversões foi realizada por pelo menos 3 das 4 empresas analisadas.

Ao que tange a divulgação das circunstâncias, das 2 empresas do setor de consumo que divulgam as reversões, apenas a Restoque S.A. informou as circunstâncias no período de 2014 e 2015. A empresa Arezzo S.A. informou realizar recuperações das perdas, mas não informou as circunstâncias em todo período analisado. Para as empresas de saúde, foi verificado que apenas as demonstrações da empresa BR Pharma estavam em conformidade durante todo o período analisado; as empresas Hypera S.A. e Profarma S.A. estavam em conformidade apenas nos exercícios de 2013 e 2014, enquanto que a empresa Raia Drogasil S.A. em 2016 e 2017.

Das 11 empresas analisadas, 6 reconheceram ter realizado reversões no período, sendo 4 empresas do setor de Saúde e 2 do setor de consumo. Para efeitos de conformidade com o CPC 16 (R1) - Estoques, foram consideradas em conformidade as demonstrações onde não foram observadas reversões ou quando foram divulgados os valores e as circunstâncias para reversão. As demonstrações que divulgaram ter realizado reversão, mas não informaram as circunstâncias, foram classificadas como em não conformidade.

**Tabela 12 – Conformidade de divulgação das reversões entre 2013 a 2017 (%)**

REVERSÕES / ANO	2013	2014	2015	2016	2017	Média
Consumo	66,67%	83,33%	83,33%	83,33%	71,43%	77,62%
Saúde	75,00%	75,00%	25,00%	50,00%	50,00%	55,00%
Total	70,84%	79,17%	54,17%	66,67%	60,72%	66,31%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Demonstrações Financeiras (2018).

A tabela 12 indica que as empresas do setor de consumo possuíram maior conformidade do que as empresas do setor de saúde. Apenas no ano de 2013, as empresas do setor de saúde obtiveram melhor resultado. No geral, em média, as empresas de comércio e distribuição do Novo Mercado obtiveram 66% de conformidade quanto a divulgação das reversões em estoques.

Os resultados verificados podem sugerir 3 fatores: a) esta não é uma informação considerada relevante pelas próprias empresas para divulgação; b) que sua divulgação não é economicamente viável, ou; c) as circunstâncias utilizadas pelas empresas para recuperação/reversão de seus estoques são consideradas informações sigilosas e sua divulgação não é considerada pela Administração.

#### 4.6 ANÁLISE DE CONFORMIDADE COM O CPC 16 (R1) - ESTOQUES

Dos itens constantes no Pronunciamento, selecionados para verificação da conformidade das Demonstrações Contábeis, 2 não foram verificados em nenhuma Demonstração Contábil objeto de estudo: a) estoques escriturados pelo valor justo, e; b) montante de estoques dados como garantia de passivos. Deste modo, devido ao critério de subjetividade para divulgação de ambos os fatos, uma vez que, para que as empresas registrem estoques a valor justo ou como garantia de passivos, deverá possuir tais montantes, ambos os itens não foram considerados na análise de conformidade com o CPC 16 (R1) - Estoques.

Na tabela 13, foram dispostas as porcentagens de demonstrações contábeis em conformidade com os itens constantes como obrigatórios de divulgação pelo pronunciamento CPC 16 (R1).

**Tabela 13 – Conformidade dos itens de divulgação do CPC 16 (R1) - Estoques entre 2013 a 2017 (%)**

ITENS CPC 16 (R1)-ESTOQUES / ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Políticas e critérios de valoração	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Valor registrado em estoques	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Valor reconhecido como despesa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Valor de qualquer redução	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Reversões e circunstância	70,84%	79,17%	54,17%	66,67%	60,72%
Total	94,17%	95,83%	90,83%	93,33%	92,14%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados verificados nas seções 4.1 a 4.5 deste estudo (2018).

Foi verificado que as Demonstrações Contábeis objeto de estudo estavam em conformidade mínima de 90% com os itens analisados. Em média, considerando os 5 anos em análise, o resultado observado atingiu 93,26% de conformidade. A divulgação das

circunstâncias de reversão de perdas foi o único item não completamente atendido pelas empresas.

Os resultados obtidos aproximaram-se dos estudos realizados por Mendes (2014) e Campagnoni, Coelho e Rover (2016). O primeiro estudo verificou que unicamente as circunstâncias de reversão das perdas não foram divulgadas, por apenas duas empresas, no período analisado; o segundo obteve 100% de conformidade entre 2013 a 2015, entre as empresas de sua amostra.

A análise por setor apresentou os resultados a seguir, conforme tabela 14.

**Tabela 14 – Conformidade dos itens de divulgação do CPC 16 (R1) por setor entre 2013 a 2017 (%)**

SETOR / ANO	2013	2014	2015	2016	2017	Média
Consumo	93,33%	96,67%	96,67%	96,67%	94,29%	95,52%
Saúde	95,00%	95,00%	85,00%	90,00%	90,00%	91,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados verificados nas seções 4.1 a 4.5 deste estudo (2018).

Os resultados demonstram que as empresas do setor de consumo possuem maior percentual de conformidade que as empresas do setor de saúde, com exceção do ano de 2013. Ainda assim, a diferença observada não se desvia significativamente quando comparada com a média total.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou analisar a conformidade das Demonstrações Contábeis das empresas de comércio e distribuição com os itens tratados como obrigatórios de divulgação pelo Pronunciamento CPC 16 (R1) - Estoques. Para isso, foram verificadas 52 Notas Explicativas e Balanços Patrimoniais de 11 empresas listadas na B3, entre 2013 a 2017, pertencentes ao Novo Mercado.

Os dados da pesquisa demonstram que as empresas atendem completamente a 4 dos 5 itens verificados neste estudo, apresentando um nível de 93,26% de conformidade com o Pronunciamento CPC 16 (R1) - Estoques. Quando a análise é dividida por setor, tanto as empresas do setor de consumo quanto as de saúde obtiveram resultados parecidos.

Em comparação com demais estudos da área, que indicaram uma aderência alta quanto a divulgação dos estoques em relação ao CPC 16 (R1), os resultados obtidos nesta pesquisa foram convergentes. O estudo de Kronbauer et al. (2012), diferentemente dos demais estudos, indicou um nível de 67% de observância. Porém, o período analisado neste estudo, 2006 a 2011

e apropriada amostra utilizada, devem ser considerados. Ainda, pode indicar uma melhoria no nível de evidenciação dos estoques em relação ao CPC 16 (R1) – Estoques.

Quanto a análise das políticas e critérios de valoração dos estoques, foi observado que a ampla maioria das empresas utiliza o critério do Custo Médio, porém, não é prática das empresas do setor divulgar os métodos para cálculo do custo.

Todas as empresas divulgaram os valores dos estoques e os seus respectivos custos. Ainda, foi observado que os valores de estoques representaram, em média, 15% dos ativos totais das empresas, enquanto que os custos dos estoques representam aproximadamente 67,5% das receitas de vendas destes itens.

As reduções de estoques são amplamente divulgadas, sendo compostas por Ajuste a Valor Presente e Provisão para Perdas, representando em média 3% do montante registrado. Neste item, foi verificado que os critérios para reconhecimento das perdas são mais comumente identificados nas empresas do setor de consumo.

O único item verificado pelo estudo, que não estava em conformidade total com o CPC 16 (R1) - Estoques, trata-se das reversões de reduções de estoques. As empresas do setor de consumo apresentaram melhor resultado, 77,52% de conformidade, enquanto que, as empresas do setor de saúde 55%. Ao todo, considerando os dois setores econômicos, as empresas de comércio listadas na B3, pertencente ao novo mercado, possuíram nível de conformidade de 66,31%.

Ainda, foi verificado que nenhuma empresa divulgou estoques ao seu valor justo no período analisado. Também, não foram verificados montantes de estoque dados como garantia para cobertura de passivos.

Deste modo, o estudo conclui que as empresas possuem um alto nível de conformidade com o disposto no Pronunciamento CPC 16(R1). Entretanto, cabe ressaltar que o não atendimento a divulgação das circunstâncias de reversões é um item que necessita de melhorias pelas empresas do setor, visando a completa adequação à norma.

Esta pesquisa, limitou-se verificar apenas as empresas de comércio e distribuição, entre todas listadas na B3. Também, limitou-se a segmentação do Novo Mercado. Ainda, foi limitada pelo período histórico considerado para análise, que se estendeu entre os anos de 2013 a 2017.

Para futuras pesquisas, sugere-se a análise de conformidade com o disposto no CPC 16 (R1) - Estoque para empresas pertencentes a outros ramos, diferente segmentação, ou em período distinto. Sugere-se ainda um estudo aprofundado quanto a divulgação das reversões de perdas em estoques.

## REFERÊNCIAS

BM&F BOVESPA. **Segmentos de listagem**. Disponível em:

[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/)  
Acesso em: 30 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 3.000**, regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e ministração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Brasília-DF, de 26 de março de 1999. Disponível em:

< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3000.htm#art294%C2%A72](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm#art294%C2%A72)>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.638**, altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília-DF, 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm)>. Acesso em: 07 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.404**, dispõe sobre as sociedades por ações. Brasília-DF, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em:

< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm) >. Acesso em: 19 dez 2017.

BRASIL. **Parecer Normativo CST nº 6**, dispõe sobre os estoques de produtos acabados e em fabricação podem ser avaliados segundo custos apurados por sistema de contabilidade de custos integrado e coordenado com o restante da escrituração. Brasília-DF, de 02 de fevereiro de 1979. Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=87004>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CAMPAGNONI, M.; COELHO L. V.; ROVER, S. Nível de comparabilidade das práticas contábeis dos estoques de empresas do ramo varejista listadas na BM&FBovespa. **1º**

**Congresso de Contabilidade da UFRGS**, 2016. Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/ppgcont/arquivos/Contabilidade%20para%20Usu%C3%A1rios%20Externos/Lucas%20Vieira%20Coelho.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC**

**00(R1)**. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília, DF: 2011. Disponível em:

<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC**

**16(R1)**. Estoques. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 1 (IASB). Brasília, DF: 2009. Disponível em:

<[http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/243\\_CPC\\_16\\_R1\\_rev%2003%20\(2\).pdf](http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/243_CPC_16_R1_rev%2003%20(2).pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC**

**26(R1)**. Apresentação das demonstrações contábeis. Correlação às Normas Internacionais de

Contabilidade – IAS 1 (IASB – BV 2011). Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_26\\_R1\\_rev%2009.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2009.pdf)>. Acesso em: 07 jun. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº. 1.055, de 07 de outubro de 2005**. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2005/001055&arquivo=Res\\_1055.doc](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055&arquivo=Res_1055.doc)>. Acesso em: 07 jul. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº. 1.328, de 18 de março de 2011**. Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?codigo=2011/001328](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2011/001328)>. Acesso em: 9 jun. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Anual de Comércio**, v. 26, 2014. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/55/pac\\_2014\\_v26.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/55/pac_2014_v26.pdf)> Acesso em: 07 jul. 2017.

IUDÍCIBUS, S. et al. **Manual de contabilidade societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

KRONBAUER, C. A. et al. Mensuração e evidenciação dos estoques: um estudo em empresas brasileiras do setor têxtil e calçadista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 19, 2012. **Anais eletrônicos...** Bento Gonçalves: Associação Brasileira de Custos, 2012. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/333/333>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, C. **Evidenciação do CPC 16 – Estoques: um estudo das empresas do setor têxtil, vestuário e calçados**, 2014. Disponível em: [http://repositorio.upf.br/bitstream/riupf/552/1/CAR2014Carolina\\_Mendes.pdf](http://repositorio.upf.br/bitstream/riupf/552/1/CAR2014Carolina_Mendes.pdf)  
Acesso em: 19 dez. 2017

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade de básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em:

<<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>.  
Acesso em: 06 jun. 2017.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade intermediária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, R. F. et al. **Introdução a contabilidade: noções fundamentais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCARIOT, F. Estudo multicaso de conformidade de avaliação mensuração e divulgação de estoques em relação ao CPC 16 das Normas Brasileiras de Contabilidade. **Revista e-Estudante**, v. 3, n. 2, não paginado, 2011. Disponível em:  
<<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/ecap/article/view/1334>>. Acesso em: 8 jul. 2017.

THOMAZ, J. L. P.; KRONBAUER, C. A.; LISZBINSKI, B. B. As práticas contábeis relativas à mensuração e evidenciação dos estoques em empresas industriais do Mercosul e comunidade andina estão convergentes com a norma do IASB. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 21, p. 21-70, 2013. Disponível em:  
<http://www.redalyc.org/html/762/76229366003/>. Acesso em: 28 jul. 2017.